



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, 6 de março de 2015. **A Diretoria.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013		2014	2013
Ativo			Passivo		
Circulante	5.407.776	3.459.350	Circulante	5.196.381	3.008.074
Disponibilidades	6.322	924	Depósitos	921.819	1.048.221
Aplicações interfinanceiras de liquidez	790.139	1.321.839	Depósitos à vista	1.731	22.572
Aplicações no mercado aberto	726.210	1.250.311	Depósitos interfinanceiros	264.482	256.912
Aplicações em depósitos interfinanceiros	63.929	71.528	Depósitos a prazo	655.606	768.737
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	885.420	852.793	Captações no mercado aberto	239	125.505
Carteira própria	416.236	618.248	Carteira própria	239	-
Vinculados a compromissos de recompra	241	-	Carteira de terceiros	-	125.505
Vinculados à prestação de garantias	342.358	202.840	Recursos de aceites e emissão de títulos	46.708	89.495
Instrumentos financeiros derivativos	126.585	31.705	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de créditos e similares	46.708	89.495
Relações interfinanceiras	3.335	580	Relações interdependências	5.468	1.264
Créditos vinculados:			Recursos em trânsito de terceiros	5.468	1.264
Depósitos no Banco Central do Brasil	3.272	537	Obrigações por empréstimos	3.030.249	1.416.044
Correspondentes	63	43	Empréstimos no exterior	3.030.249	1.416.044
Operações de crédito	185.924	190.997	Instrumentos financeiros derivativos	41.386	40.337
Operações de crédito - setor privado	186.577	191.083	Instrumentos financeiros derivativos	41.386	40.337
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(653)	(86)	Outras obrigações	1.150.512	287.208
Outros créditos	3.536.263	1.091.611	Carteira de câmbio	1.101.819	225.293
Carteira de câmbio	3.475.899	1.059.854	Fiscais e previdenciárias	12.116	23.137
Rendas a receber	2.197	47	Negociação e intermediação de valores	45	7.758
Negociação e intermediação de valores	22.804	-	Diversas	36.532	31.020
Diversos	35.823	31.710	Exigível a longo prazo	142.517	326.784
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(460)	-	Depósitos	78.809	270.779
Outros valores e bens	373	606	Depósitos a prazo	78.809	270.779
Outros valores e bens	-	5	Instrumentos financeiros derivativos	3.088	18
Despesas antecipadas	373	601	Instrumentos financeiros derivativos	3.088	18
Realizável a longo prazo	495.377	434.568	Outras obrigações	60.620	55.987
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6.609	107.010	Fiscais e previdenciárias	57.704	49.559
Carteira própria	-	106.175	Diversas	2.916	6.428
Instrumentos financeiros derivativos	6.609	835	Resultados de exercícios futuros	1.052	740
Operações de crédito	364.821	186.204	Resultados de exercícios futuros	1.052	740
Operações de crédito - setor privado	365.762	186.204	Patrimônio líquido	565.726	560.637
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(941)	-	Capital:		
Outros créditos	123.947	141.354	De domiciliados no exterior	350.492	350.492
Diversos	123.947	141.354	Reserva de capital	1.699	1.286
Permanente	2.523	2.317	Reserva de lucros	213.535	208.888
Investimentos	249	249	Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	(29)
Outros investimentos	249	249			
Imobilizado de uso	2.146	1.903			
Outras imobilizações de uso	11.428	10.535			
(-) Depreciações acumuladas	(9.282)	(8.632)			
Intangível	128	165			
Ativos Intangíveis	329	285			
(-) Amortização acumulada	(201)	(120)			
Total do ativo	5.905.676	3.896.235	Total do passivo	5.905.676	3.896.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital social				Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	Lucros acumulados	Total
Eventos	Capital realizado	Reserva de capital	Reserva de lucros Legal	Reserva de lucros Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2012	350.492	723	28.221	160.542	2.589	-	542.567
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	47.253	47.253
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	-	(2.618)	-	(2.618)
Reserva legal	-	-	2.363	-	-	(2.363)	-
Reserva estatutária	-	-	-	17.762	-	(17.762)	-
Outras reservas	-	563	-	-	-	-	563
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(27.128)	(27.128)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	350.492	1.286	30.584	178.304	(29)	-	560.637
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.678	32.678
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	-	29	-	29
Reserva legal	-	-	1.633	-	-	(1.633)	-
Reserva estatutária	-	-	-	3.014	-	(3.014)	-
Outras reservas	-	413	-	-	-	-	413
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(28.031)	(28.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	350.492	1.699	32.217	181.318	-	-	565.726
Saldos em 30 de junho de 2014	350.492	1.337	31.307	178.304	-	13.740	575.180
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	18.215	18.215
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	910	-	-	(910)	-
Reserva estatutária	-	-	-	3.014	-	(3.014)	-
Outras reservas	-	362	-	-	-	-	362
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(28.031)	(28.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	350.492	1.699	32.217	181.318	-	-	565.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O ING Bank N.V., Filial de São Paulo, por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Filial revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo de vencimento igual ou

inferior a noventa dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o caixa e equivalentes de caixa estava composto por:

	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	6.322	924
Aplicações interfinanceiras de liquidez	726.210	1.250.311
Total	732.532	1.251.235

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira	1.035.766	987.721
Operações de crédito	22.967	44.896
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	113.114	223.272
Resultado de operações de câmbio	726.788	642.389
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	172.897	77.164
Despesas de intermediação financeira	(999.201)	(912.366)
Operações de captação no mercado	(49.799)	(112.629)
Operações de empréstimos e repasses	(947.454)	(797.769)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.948)	(1.968)
Resultado bruto da intermediação financeira	36.565	75.355
Outras receitas (despesas) operacionais	(24.068)	(38.369)
Receitas de prestação de serviços	6.082	9.204
Despesas de pessoal	(19.027)	(31.434)
Outras despesas administrativas	(13.146)	(25.343)
Despesas tributárias	(3.812)	(6.696)
Outras receitas operacionais	10.653	22.491
Outras despesas operacionais	(4.818)	(6.591)
Resultado operacional	12.497	36.986
Resultado não operacional	-	3
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	12.497	36.989
Imposto de renda e contribuição social	6.333	(3.153)
Imposto de renda	(854)	(4.260)
Contribuição social	(439)	(1.905)
Ativo fiscal diferido	7.626	3.012
Participação dos empregados nos lucros	(615)	(1.158)
Lucro líquido do semestre/exercício	18.215	32.678
Juros sobre capital próprio	(28.031)	(28.031)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de Reais)

	2014	2014	2013
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	20.896	35.823	46.833
Lucro líquido do semestre/exercício	18.215	32.678	47.253
Depreciações e amortizações	371	735	1.636
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.948	1.968	(1)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	29	(2.618)
Outras reservas	362	413	563
Variação de ativos e passivos	126.831	(525.554)	481.307
Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	(312.264)	67.774	(434.978)
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras	558.667	7.599	(11.382)
(Aumento) em relações interfinanceiras	(896)	(2.755)	(253)
(Aumento) em operações de crédito	(201.684)	(175.512)	(72.096)
Redução/(Aumento) em outros créditos	(1.290.590)	(2.427.245)	369.200
Redução/(Aumento) em outros valores e bens	59	233	(173)
Aumento/(Redução) em depósitos	(54.547)	(318.372)	242.938
Aumento/(Redução) em captações no mercado aberto	(167.082)	(125.266)	123.925
Aumento/(Redução) em recursos de aceite e emissão de títulos	33.646	(42.787)	71.741
Aumento em obrigações por empréstimos	840.426	1.614.205	32.514
Aumento/(Redução) em relações de interdependências	4.776	4.204	(14)
Aumento/(Redução) em instrumentos financeiros derivativos	(25.041)	4.119	16.671
Aumento em outras obrigações	740.916	867.937	143.103
Aumento em resultados de exercícios futuros	445	312	111
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais	147.727	(489.731)	528.140
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(252)	(896)	(250)
Aquisição de intangível	(45)	(45)	-
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimento	(297)	(941)	(250)
Atividades de financiamento			
Juros sobre capital próprio	(28.031)	(28.031)	(27.128)
Caixa originado em atividades de financiamento	(28.031)	(28.031)	(27.128)
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	119.399	(518.703)	500.762
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	613.133	1.251.235	750.473
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	732.532	732.532	1.251.235
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	119.399	(518.703)	500.762

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

transferidos para resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais)
d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- **Hedge** de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de “*hedge*” e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.
- **Hedge** de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de “*hedge*” são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Filial não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8 b.

f) Permanente

As participações acionárias, não destinadas à manutenção da Filial, e títulos patrimoniais são demonstrados pelo seu valor de custo.

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido pela depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens. As taxas de depreciação anuais são: 10% para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação, sistema de segurança e instalações; 20% para veículos e 20% para equipamentos de processamento de dados.

O diferido é representado por gastos com aquisição e desenvolvimento de “*softwares*”, amortizados no prazo de cinco anos ou em função dos respectivos prazos contratuais.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do exercício.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro líquido ajustado pelos itens definidos em legislação específica. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

j) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério “*pro rata temporis*” para as despesas e receitas de natureza financeira.

k) Remuneração baseada em ações

Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, a entidade mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

4 GERENCIAMENTO DE RISCO

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma consolidada, como segue:

- **Risco de mercado** - a área responsável pelo gerenciamento do risco de mercado (MRM) está subordinada à Diretoria responsável pelos riscos do Conglomerado. A possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado é gerenciada através de estrutura que contempla políticas, processos, procedimentos e sistemas necessários, para identificar, mensurar, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado. As exposições decorrentes das flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros são administradas utilizando-se a metodologia do “*Value at risk*”, aplicação de “*Stress testing*” com base em cenários históricos e hipotéticos, limites estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros, com acompanhamento diário das exposições para cada tipo de risco de mercado. Desta forma, a exposição a riscos é mantida de acordo com os limites estabelecidos pela Filial;
- **Risco de crédito** - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira da contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do mercado de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, bem como limites de crédito estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros;
- **Risco de liquidez** - as exposições decorrentes de descasamentos de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através da simulação de cenários que consideram os parâmetros de

liquidez de mercado e produtos em condições normais e de *stress*, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter os limites mínimos de liquidez estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros;

- **Risco operacional** - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuam deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.
- **Gerenciamento de capital** - a Estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado financeiro, cuja instituição líder é a Filial.

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), consolidação das informações provenientes das áreas de riscos, tais como testes de estresse e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível (PR) suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido (PRE), o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Alta Administração da Filial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

Os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede da Filial, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no site da instituição na internet, no endereço <http://www.ingcb.com/network-offices/americas/brasil>.

5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por operações compromissadas no montante de R\$ 726.210 (R\$ 1.250.311 em 2013) lastreadas em títulos públicos e vencimentos em até três meses, e certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) no montante de R\$ 63.929 (R\$ 71.528 em 2013) com vencimentos até três meses.

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

	2014				
Títulos e valores mobiliários	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil	Custo atualizado
Carteira própria					
Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	136.386	-	149.138	285.524	286.299
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	11.471	11.471	11.665
	136.386	-	160.609	296.995	297.964
Mantidos até o vencimento					
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	4.359	1.507	-	5.866	5.866
Debêntures	-	113.375	-	113.375	113.375
	4.359	114.882	-	119.241	119.241
Vinculados a compromissos de recompra					
Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	241	241	245
	-	-	241	241	245
Vinculados à prestação de garantias					
Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	106.694	233.361	340.055	345.667
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	2.303	2.303	2.341
	-	106.694	235.664	342.358	348.008

O Banco possui capacidade financeira para manutenção dos títulos classificados como mantidos até o vencimento. A administração entende que devido ao prazo e características das operações, para os títulos classificados nesta categoria, o valor contábil reflete o valor de mercado.

	2013				
Títulos e valores mobiliários	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil	Custo atualizado
Carteira própria					
Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	359.856	36.096	-	395.952	395.924
Notas do Tesouro Nacional - NTN	9.436	-	-	9.436	9.433
	369.292	36.096	-	405.388	405.357
Mantidos até o vencimento					
Debêntures	-	-	100.318	100.318	100.318
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	3.831	11.914	5.857	21.602	21.602
	3.831	11.914	106.175	121.920	121.920
Disponível para venda					
Títulos no exterior - Credit Linked					
Note - CLN	197.115	-	-	197.115	197.144
	197.115	-	-	197.115	197.144
Vinculados à prestação de garantias					
Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	54.992	127.950	182.942	182.920
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	19.898	19.898	20.451
	-	54.992	147.848	202.840	203.371

O valor de mercado representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado, se necessário. Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). As Debêntures e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio estão custodiados na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de “*hedge*” de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, o controle dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração da Filial, como segue:

- **Hedge** - operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;
- **Negociação** - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição global de posições proprietárias e atender necessidades de “*hedge*” de clientes.

Os contratos futuros negociados no âmbito da Bolsa de Valores Mercadorias e de Futuros (BM&FBOVESPA) são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, BM&FBOVESPA ou agente de mercado, quando necessário.

Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

	2014				
Instrumentos financeiros derivativos	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo atualizado
Ativo - Negociação					
<i>Swaps</i>					
Moeda estrangeira	196	5.492	-	5.688	469
Mercado a termo					
Moeda estrangeira	69.033	51.864	6.609	127.506	22.955
Totais por faixa de vencimento em 2014	69.229	57.356	6.609	133.194	23.424
Totais por faixa de vencimento em 2013	12.624	19.081	835	32.540	23.424
Passivo - Negociação					
<i>Swaps</i>					
Moeda estrangeira	(1.081)	(10.308)	(3.088)	(14.477)	(8.377)
Mercado a termo					
Moeda estrangeira	(17.805)	(12.192)	-	(29.997)	(28.168)
Totais por faixa de vencimento em 2014	(18.886)	(22.500)	(3.088)	(44.474)	(36.545)
Totais por faixa de vencimento em 2013	(21.530)	(18.807)	(18)	(40.355)	(45.041)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registradas na BM&FBovespa ou CETIP, e cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

	Futuros	Termo	Swap	Total
Negociação				
Moeda estrangeira	1.266.609	3.617.129	1.056.943	5.940.681
Taxa de juros	4.752.985	-	-	4.752.985
<i>Hedge</i> - risco de mercado				
Taxa de juros	123.752	-	-	123.752
Total 2014	6.143.345	3.617.129	1.056.943	10.817.418
Total 2013	6.161.172	293.422	502.419	6.957.013

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à BM&FBOVESPA e Fundo de Liquidação da CBLC, foram requeridas margens no valor de R\$ 342.358 (R\$ 202.840 em 2013), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos.

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no exercício estão demonstrados a seguir:

Contratos	2014	2013
Futuros	116.316	(21.879)
<i>Swaps</i>	(8.007)	351
Termo	(31.145)	34.606
Total	77.164	13.078

8 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN, tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade

	2014	2013
Operações de crédito		
Setor privado		
Indústria	294.195	173.350
Comércio	7.207	14.395
Outros serviços	250.877	189.532
Pessoas físicas	60	10
Total	552.339	377.287
	2014	2013

Outros créditos - adiantamento sobre contratos de câmbio

Setor privado				
Indústria	1.347.494	364.717		
Comércio	615.335	388.935		
Outros serviços	91.980	22.051		
Total (Nota 9)	2.054.809	775.703		

b) Nível de risco

	Valor da provisão		Valor da carteira	
Nível de risco	2014	2013	2014	2013
AA	-	-	2.357.197	1.135.842
A	0,5%	460	0,5%	86
			91.980	17.148
B	1%	1.594	1%	-
			159.452	-
Total	2.054	86	2.608.629	1.152.990



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais)

c) Vencimento

Faixa de vencimento	2014	2013
A vencer até 90 dias	731.733	567.322
A vencer de 91 a 360 dias	1.509.031	341.421
A vencer acima de 360 dias	367.865	244.247
Total	2.608.629	1.152.990

d) Movimentação da provisão

	2014	2013
Saldo Inicial	86	87
Constituição	8.483	1.157
Reversão	(6.515)	(1.158)
Saldo final	2.054	86

Em 31 de dezembro de 2014, houve recuperação de valores que haviam sido contabilizados como prejuízo no montante de R\$ 632.

9 CARTEIRA DE CÂMBIO

Em 31 de dezembro de 2014, a composição da carteira de câmbio está demonstrada como segue:

	2014	2013
Carteira de câmbio	Circulante	Circulante
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	2.531.696	839.143
Direitos sobre venda de câmbio	911.335	212.539
Rendas a receber de adiantamento concedido (Nota 8)	32.868	11.658
Adiantamento em moeda estrangeira	-	(3.486)
Total	3.475.899	1.059.854
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	920.320	213.416
Obrigações por compra de câmbio	2.203.440	775.922
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8)	(2.021.941)	(764.045)
Total	1.101.819	225.293

10 OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

A composição de “Outros créditos - Diversos” está demonstrada como segue:

	2014		2013	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Créditos diversos				
Créditos tributários - impostos e contribuições (Nota 19)	17.119	9.790	11.270	17.875
Impostos a compensar	13.293	8.219	20.246	22.415
Depósitos judiciais (Nota 16.d)	-	94.796	-	90.239
Títulos e créditos a receber	-	11.091	-	10.800
Adiantamentos a funcionários e terceiros	188	51	155	25
Devedores diversos país	5.223	-	39	-
Total	35.823	123.947	31.710	141.354

11 DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuados a taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	De				
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Depósito à vista	1.731	-	-	-	1.731
Depósitos interfinanceiros	-	-	264.482	-	264.482
Depósito a prazo	-	-	655.606	78.809	734.415
Captações no mercado aberto	-	239	-	-	239
Total por faixas de vencimento em 2014	1.731	239	920.088	78.809	1.000.867
Total por faixas de vencimento em 2013	22.572	125.505	1.025.649	270.779	1.444.505

12 RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Em 31 de dezembro de 2014 são compostos por Letras de Crédito do Agronegócio no valor de R\$ 46.708 (R\$ 89.495 em 2013) com vencimentos em até três meses e taxas vinculadas ao CDI.

13 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES DO EXTERIOR

Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 883.338 (US\$ 352.656 em 2013), representa R\$ 2.371.630 (R\$ 832.155 em 2013), a taxa de juros de até 4,9461% a.a. com vencimentos até outubro de 2015 e linha de crédito com a matriz no montante de US\$ 248.000 (US\$ 248.000 em 2013), representa R\$ 658.619 (R\$ 583.889 em 2013).

14 OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A composição de outras obrigações fiscais e previdenciárias está demonstrada como segue:

	2014		2013	
Obrigações fiscais e previdenciárias	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	5.951	-	5.531	-
Imposto de renda e contribuição social	6.165	-	12.358	-
Provisão para riscos fiscais (Nota 16.c)	-	57.704	-	49.559
Impostos e contribuições diferidos	-	-	5.248	-
Total	12.116	57.704	23.137	49.559

15 OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

A composição de “Outras obrigações - Diversas” está demonstrada como segue:

	2014		2013	
Obrigações diversas	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Juros sobre capital próprio	23.904	-	23.059	-
Provisão para despesas de pessoal	8.279	1.540	6.492	1.912
Provisão para contingências (Nota 16.b)	-	579	-	1.121
Diversos	4.349	797	1.469	3.395
Total	36.532	2.916	31.020	6.428

16 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes: em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes: a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos:

	31/12/2013	Adições	Reversões	31/12/2014
Trabalhistas	1.121	90	632	579
Total	1.121	90	632	579

	31/12/2012	Adições	Reversões	31/12/2013
Totais passivos contingentes	7.946	373	7.198	1.121

Passivos contingentes classificados como perda possível e sem provisão: a Filial possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos e para as quais não foram constituídas provisões. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de *hedge*, no valor atualizado de R\$ 18.445 (R\$ 17.513 em 2013). Foi apresentada impugnação na DRJ, ainda pendente de julgamento.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 18.210 (R\$ 17.125 em 2013). Foi apresentado recurso voluntário no CARF, ainda pendente de julgamento.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 7.608 (R\$ 7.160 em 2013). Foi apresentado recurso voluntário no CARF, ainda pendente de julgamento.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Filial possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 20.000 (R\$ 18.000 em 2013).

c) Obrigações legais: representadas, basicamente, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária relacionados à contribuição social, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica “Provisão para Riscos Fiscais” (Nota 14). As principais obrigações referem-se à dedução da despesa de contribuição social da base de cálculo do imposto de renda no montante R\$ 21.967 (R\$ 20.948 em 2013), processos vinculados à Anistia no montante de R\$ 13.711 (R\$ 12.830 em 2013) e PIS e Cofins contingencial no montante de R\$ 17.508 (R\$ 11.819 em 2013). Os demais processos representam R\$ 4.518 (R\$ 3.962 em 2013). Todos os processos citados possuem depósitos judiciais.

d) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados à dedução da despesa de contribuição social da base de cálculo do imposto de renda no montante de R\$ 28.414 (R\$ 26.951 em 2013), diferença de alíquotas de CSLL no montante de R\$ 18.818 (R\$ 17.242 em 2013), depósitos vinculados à Anistia R\$ 17.932 (R\$ 17.051 em 2013), depósito referente discussão sobre ampliação da base do PIS e Cofins R\$ 17.341 (R\$ 11.392 em 2013), e depósito judicial referente compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R\$ 4.377 (R\$ 4.033 em 2013). O saldo remanescente de R\$ 7.914 (R\$ 13.570 em 2013) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

17 OPERAÇÕES VINCULADAS

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

	2014			2013		
Descrição	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Ativo	Passivo	Receita (despesa)
Ativos vinculados	1.954.420	-	25.557	427.747	-	10.924
Empréstimos do exterior	-	1.952.828	(23.965)	-	424.915	(6.477)

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Filial corresponde a R\$ 350.492, referente a investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos cotistas em atos societários pertinentes. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e alterações posteriores, a Administração da Filial deliberou pela distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP), no montante de R\$ 28.031 (R\$ 27.128 em 2013), que permitiu a redução de encargos com imposto de renda e contribuição social em R\$ 11.212 (R\$ 10.851 em 2013) como prevista em ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada dia 22 de dezembro de 2014.

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Filial mantém créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL cujo montante corresponde a R\$ 26.533 (R\$ 28.769 em 2013).

Adicionalmente, há registrado um valor de R\$ 376, referente a crédito tributário de CSLL (artigo 18 da MP nº 2.158-35).

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2014
Contribuição social - artigo 18 da Medida Provisória nº 2.158-35	376	-	-	376
Outras provisões temporárias	24.119	31.345	(32.764)	22.700
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	4.650	7.409	(8.226)	3.833
Outras provisões temporárias (passivas)	(5.248)	(7.829)	13.077	-
Total	23.897	30.925	(27.913)	26.909

Créditos tributários diferidos	31/12/2012	Adições	Baixas	31/12/2013
Contribuição social - artigo 18 da Medida Provisória nº 2.158-35	296	80	-	376
Outras provisões temporárias	23.466	29.500	(28.847)	24.119
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	7.083	1.695	(4.128)	4.650
Outras provisões temporárias (passivas)	(5.999)	(14.439)	15.190	(5.248)
Total	24.846	16.836	(17.785)	23.897

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 31 de dezembro de 2014 está demonstrado a seguir:

Realização do crédito tributário	
Ano calendário 2015	16.743
Ano calendário 2016	2.744
Ano calendário 2017	852
Ano calendário 2018	852
Ano calendário 2019	5.342
Imposto de renda e contribuição social diferido	26.533

Em 31 de dezembro de 2014, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 21.199 (R\$ 17.896 em 2013), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos períodos.

A apuração do resultado de imposto de renda e contribuição social está demonstrada como segue:

	2014		2013	
Apuração de imposto de renda e contribuição social	Imposto de renda	Con-tribuição social	Imposto de renda	Con-tribuição social
Imposto de renda e contribuição social corrente				
Resultado antes dos impostos e participações	36.989	36.989	61.526	61.526
(-) Participações nos resultados	(1.158)	(1.158)	(966)	(966)
(-) Juros sobre capital próprio	(28.031)	(28.031)	(27.128)	(27.128)
Resultado antes dos impostos ajustado	7.800	7.800	33.432	33.432
Adições ou exclusões temporárias	10.257	10.257	4.073	4.073
Adições ou exclusões permanentes	90	90	507	507
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	-	(5.444)	(2.890)	(11.404)
Base tributável	18.147	12.703	35.122	26.608
Imposto de renda (alíquota de 15%) e contribuição social (alíquota de 15%)	(2.722)	(1.905)	(5.268)	(3.991)
Adicional de imposto de renda (alíquota de 10%)	(1.790)	-	(3.488)	-
Redução de imposto por incentivos	252	-	389	-
Outros ajustes	-	-	-	80
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(4.260)	(1.905)	(8.367)	(3.911)
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Resultado da marcação a mercado	36.888	36.888	1.878	1.878
Provisões não dedutíveis temporariamente	(3.560)	(3.560)	(3.945)	(3.945)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	(5.444)	(2.890)	(11.403)
Outras diferenças temporárias	(23.757)	(23.757)	5.576	5.576
Base tributável diferida	9.571	4.127	619	(7.894)
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.393	619	155	(1.184)

20 OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

	Grau de relação	2014	2013
Ativo/(passivo)			
Rendas a receber	Outras partes relacionadas	-	16
Depósitos à vista	Outras partes relacionadas	(1.731)	(22.572)
Depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	(264.481)	(256.912)
Depósitos a prazo	Outras partes relacionadas	(62)	(272)
Obrigações por operações compromissadas	Outras partes relacionadas	239	-
Empréstimos no exterior	Controladora	(1.802.125)	(1.255.144)
Juros sobre o capital próprio	Controladora	(23.904)	(23.059)
Outras obrigações - câmbio	Controladora	(658.619)	(583.889)
Receitas/(despesas)			
Resultado de câmbio	Controladora	(4.890)	(1.244)
Outras receitas operacionais	Controladora/Outras partes relacionadas	5.368	10.944
Despesas de depósitos a prazo	Outras partes relacionadas	(21)	(25)
Despesas de operações compromissadas	Outras partes relacionadas	(24)	(57)
Despesas com depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	(26.112)	(19.291)
Resultado de empréstimos no exterior	Controladora	(313.418)	(110.224)
Resultado obrigações com banqueiros exterior	Controladora	(1.533)	(3.070)
Despesa com juros sobre o capital próprio	Controladora	(28.032)	(27.128)

